

EDITORIAL

Analfabetismo funcional: um desafio urgente para a educação brasileira

O Brasil enfrenta um paradoxo educacional que merece atenção imediata da comunidade acadêmica e dos formuladores de políticas públicas: enquanto os índices de alfabetização básica apresentam melhorias graduais, o analfabetismo funcional permanece como uma realidade alarmante que compromete o desenvolvimento socioeconômico e a consolidação democrática do país.

O analfabetismo funcional caracteriza-se pela incapacidade de utilizar adequadamente as habilidades de leitura, escrita e cálculo em situações cotidianas, mesmo quando o indivíduo passou pelo sistema formal de ensino. Segundo dados do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), aproximadamente 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos encontram-se nessa condição, revelando que milhões de cidadãos possuem dificuldades para compreender textos simples, interpretar informações básicas ou realizar operações matemáticas elementares.

Esta problemática transcende a dimensão meramente educacional e se configura como um obstáculo estrutural ao desenvolvimento nacional. No mercado de trabalho, o analfabetismo funcional limita drasticamente as oportunidades de emprego e ascensão profissional, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Na esfera política, compromete o exercício pleno da cidadania, dificultando a participação consciente nos processos democráticos e tornando a população vulnerável à desinformação e manipulação.

A complexidade do fenômeno exige análises multidimensionais que considerem fatores socioeconômicos, culturais e pedagógicos. A desigualdade social brasileira manifesta-se claramente nos índices de analfabetismo funcional, que são significativamente maiores entre populações de baixa renda, residentes em áreas rurais e periferias urbanas. Essa distribuição desigual evidencia que o problema não se resume à qualidade do ensino, mas está intrinsecamente relacionado às condições de vida e às oportunidades de desenvolvimento humano.

O sistema educacional brasileiro, embora tenha avançado na universalização do acesso ao ensino fundamental, ainda apresenta fragilidades significativas na qualidade da educação oferecida. A formação inadequada de professores, a falta de recursos pedagógicos apropriados, a desvalorização da carreira docente e a ausência de metodologias que promovam o letramento efetivo contribuem para que estudantes concluam a educação básica sem desenvolver competências fundamentais de leitura e escrita.

O combate ao analfabetismo funcional requer compreensão aprofundada de suas manifestações em diferentes contextos regionais e sociais, considerando as especificidades locais sem perder de vista a dimensão nacional do problema.

Ao mesmo tempo, seu combate demanda estratégias integradas que articulem diferentes atores sociais. É fundamental que as instituições de ensino superior, particularmente aquelas dedicadas à formação de professores, assumam protagonismo na produção de conhecimento científico sobre o tema e na proposição de soluções inovadoras. A pesquisa educacional deve priorizar estudos longitudinais que acompanhem trajetórias de aprendizagem, investigações sobre metodologias eficazes de alfabetização e letramento, e análises das interfaces entre educação formal e não formal.

As políticas públicas educacionais necessitam de reformulação substancial, priorizando a qualidade sobre a quantidade e estabelecendo sistemas rigorosos de avaliação e acompanhamento do aprendizado real dos estudantes. É imperativo que os currículos escolares sejam revistos para enfatizar o desenvolvimento de competências de leitura crítica, interpretação textual e resolução de problemas, superando abordagens meramente conteudistas.

A formação continuada de professores emerge como elemento central neste processo. Docentes precisam ser preparados para identificar dificuldades de aprendizagem, utilizar metodologias diversificadas e trabalhar com turmas heterogêneas. A valorização profissional, incluindo melhoria salarial e condições de trabalho adequadas, constitui pré-requisito indispensável para atrair e manter profissionais qualificados na educação básica.

A participação da sociedade civil também se mostra crucial. Organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas e meios de comunicação devem ser mobilizados para campanhas de conscientização e programas de educação de jovens e adultos. A criação de ambientes sociais que valorizem a leitura e o conhecimento contribui significativamente para motivar processos de aprendizagem ao longo da vida.

A REPC - Revista de Estudos Pedagógicos do Cariri tem o compromisso de contribuir para este debate através da publicação de pesquisas rigorosas, relatos de experiências inovadoras e reflexões teóricas que ampliem nossa compreensão sobre o analfabetismo funcional e suas possíveis soluções. Convidamos pesquisadores, educadores e gestores públicos a compartilharem seus conhecimentos e experiências, fortalecendo uma rede colaborativa de produção científica comprometida com a transformação da realidade educacional brasileira.

O analfabetismo funcional não é um problema intransponível, mas sua superação exige vontade política, investimento adequado em educação e articulação entre diferentes setores da sociedade. O momento histórico atual, marcado pela centralidade da informação e do

conhecimento, torna ainda mais urgente este enfrentamento. A construção de uma sociedade mais justa e democrática passa necessariamente pela garantia do direito fundamental à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Neste número da REPC, apresentamos contribuições que abordam diferentes aspectos desta problemática, esperando estimular novos estudos e iniciativas que possam contribuir para a superação deste desafio nacional. A educação transformadora que almejamos para o Brasil começa com o reconhecimento da gravidade do analfabetismo funcional e o compromisso coletivo com sua erradicação.

REPC - Revista de Estudos Pedagógicos do Cariri